

Isenção de Imposto de Renda

Definição:

A Isenção total do Imposto de Renda consiste na não sujeição ao imposto de renda dos rendimentos provenientes de:

1. Aposentadoria motivada por acidente em serviço ou moléstia profissional;
2. Aposentadoria e pensão percebida pelos portadores de doença especificada em lei, mesmo que a enfermidade tenha sido contraída após a concessão das mesmas.

Requisitos Básicos:

1. Estar aposentado ou ser beneficiário de pensão civil;
2. Ser portador de doença especificada em lei ou, apenas no caso de aposentadoria, ser portador de moléstia profissional ou perceber proventos motivados por acidente em serviço.

Documentação Necessária:

1. Atestado médico original onde conste a evolução e as datas de diagnósticos da moléstia;
2. Originais de exames complementares referentes à moléstia;
3. Formulário de solicitação [Requerimento de Isenção de Imposto de Renda](#).

Informações Gerais:

1. Ficam isentos do imposto de renda os proventos de aposentadoria motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores das moléstias abaixo, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma: (Art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713/1988)

- a. moléstia profissional,
- b. tuberculose ativa,
- c. alienação mental,
- d. esclerose múltipla,
- e. neoplasia maligna,
- f. cegueira (binocular/monocular),
- g. hanseníase,
- h. paralisia irreversível e incapacitante,
- i. cardiopatia grave,
- j. doença de Parkinson,
- k. espondiloartrose anquilosante,
- l. nefropatia grave,
- m. hepatopatia grave,
- n. estados avançados da doença de Paget (osteíte de formante),
- o. contaminação por radiação,
- p. síndrome da imunodeficiência adquirida.

2. São isentos os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas ao item nº 1 desta norma, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão; (Art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 7.713/1988)

3. Após a entrega da documentação necessária para a abertura do processo no SEI, na Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP e/ou nas Coordenações de Gestão de Pessoas dos Campis, de requerimento para isenção de imposto de renda será agendada uma perícia médica para emissão de laudo médico que comprovará a enfermidade.

4. No caso dos portadores de moléstias graves não há necessidade de comprovação da manutenção dos sintomas ou recidiva da enfermidade, nem a indicação de validade do laudo pericial para aqueles portadores.

5. As isenções aplicam-se aos rendimentos recebidos a partir (Art. 39º, § 5º, do Decreto nº 3.000/1999):

a – do mês da concessão da aposentadoria ou pensão;

b – do mês da emissão do laudo ou parecer que reconhecer a moléstia, se esta for contraída após a aposentadoria ou pensão;

c – da data em que a doença foi contraída, quando identificada no laudo pericial.

6. A complementação de aposentadoria ou pensão dos portadores de moléstia grave, também é isenta do imposto de renda. (Art. 5º, § 4º da Instrução Normativa nº 15/2001)

7. As aposentadorias com proventos integrais, já registradas pelo Tribunal de Contas da União, cujos titulares vierem a ser acometidos por doença relacionada no item 1, estão dispensados de nova apreciação, por não se verificar em decorrência desse fato alteração no fundamento nem de ordem financeira, mas apenas a isenção fiscal. (Súmula TCU nº 228/1994)

8. O requerente deverá passar por perícia médica singular ou Junta Médica Oficial, conforme análise do médico perito (Manual do SIASS).

Fundamentação Legal:

1. Artigo 6º, inciso XIV da Lei n.º 7.713 de 22/12/88 (DOU 23/12/88) com redação dada pela Lei nº 11.052/2004. (DOU 30/12/2004). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm

2. Artigo 6º, inciso XV da Lei n.º 7.713 de 22/12/88 (DOU 23/12/88) com redação dada pela Lei nº 13.149/2015. (DOU 22/07/2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm

3. Artigo 6º, inciso XXI da Lei n.º 7.713/1988 (DOU 23/12/88) incluído pela Lei nº 8.541/1992 (DOU 24/12/1992). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm

4. Súmula TCU nº 228/2014 (DOU 03/01/95)

5. Art. 39º do Decreto n.º 3.000/1999 (DOU 17/06/99). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm

6. Decisão SRF/MF nº 3/2000 (DOU 19/06/2000).

7. Art. 5º da Instrução Normativa SRF/MF nº 15/2001. (DOU 08/02/2001)

8. Ofício COGES/SRH/MP nº 79/2006

9. Art. 6º da Instrução Normativa SRF/MF nº 1500/2014. (DOU 30/10/2014)

10. Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29/2014

11. Ofício Circular nº 31/2017-MP.

Fluxo do Processo:

Passo	Setor	Procedimento
1	Servidor Aposentado ou Pensionista	Com o atestado médico original e exames complementares referentes à moléstia em mãos, entregar à CGP do Câmpus de origem e/ou a DGP na Reitoria.
2	DGP e/ou CGP/Câmpus	Confere documentação se estiver completa: preenche o Requerimento para Isenção de Imposto de Renda; abre o processo no SEI e encaminha para a CLNP para análise e emissão de Nota Técnica. Obs.: os atestados médicos e exames deverão serem encaminhando diretamente para o e-mail da e-mail csaudeqv@ifsertao-pe.edu.br
3	CLNP	Analisa os documentos: Se estiver completo, emite a Nota Técnica e encaminha para a DGP para agendar a perícia médica e, assim que tiver a data, convocar o servidor aposentado. Se for deferido, encaminhar processo para a Coordenação de Legislação e Normas de Pessoas para emissão de portaria de isenção do imposto. Se for indeferido, encaminhar o laudo para ciência do servidor aposentado.
4	DEAP	Encaminha o processo para o Departamento de Administração de Pagamento de Pessoas para realiza os devidos lançamentos e atualizações no sistema da folha de pagamento, sendo posteriormente o processo encaminhado para o Arquivo/DGP.

